



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região  
**Corregedoria Regional**

**Relatório de Correição Ordinária na  
2ª Vara Federal de Nova Iguaçu  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

**16 a 20/10/2017**



## 1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 2ª Vara Federal de Nova Iguaçu da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (02VF-IG), de 16 a 20/10/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154 e 307 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726 e 14447) e MPF/ES (7760 e 14449), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323 e 14444) e DPU/ES (7755 e 14441), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747 e 14452) e OAB/ES (7748 e 14451), a Advocacia Geral da União – AGU (7744 e 14448) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752 e 14445).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal RAFFAELE FELICE PIRRO, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



## 2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado no Painel de indicadores da Corregedoria a inexistência processo físicos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006<sup>1</sup> para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática convenientes disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

<sup>1</sup> art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



TRF2  
Fls 157

**3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL**

**Denominação:** 2ª Vara Federal de Nova Iguaçu - Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (02VFIG-RJ)

**Data de instalação:** 18/08/2010

**Endereço:** Rua Oscar Soares, nº 2, Centro, Município de Nova Iguaçu

**Distância da Direção do Foro (SJRJ):** 37,5 Km

**Juiz Titular:** Dr. Raffaele Felice Pirro, desde 22/06/2017.

**Juiz Federal Substituto:** Vago

**Diretor de Secretaria:** Dr Fábio Teles Rodrigues

**Competências:**

- 1) Cível
- 2) Execução Fiscal

**Quadro de Pessoal desde a última correição**

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
JAN/2016	04	08	N/A	N/A	12	14
OUT/2017	04	09	N/A	N/A	13	14



#### 4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pelo Diretor FÁBIO TELES RODRIGUES, nomeado pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores JOÃO MOÍSES DE MENEZES e PRISCYLLA SILVA MARTINS FURTADO, e pela Oficiala de Gabinete PAULA MOTTA TEXEIRA COSTA, todos bacharéis do Curso de Direito, com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 75% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 25 a 29/01/2016, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.

## 5. GESTÃO DE METAS

### 5.1. Metas internas

A meta objetivadas pela Secretaria são: (i) manutenção do acervo dentro dos prazos observados na CNCR (30 dias cível, 120 execução fiscal), utilizando o utilizando o painel de indicadores para identificar conclusões vencidas; (ii) andamento aos feitos relativos as metas 2 e 4 do CNJ; e (iii) atribuir maior celeridade à tramitação das ações relativas a interesses metaindividuais (mandados de segurança, Ações Cíveis Públicas, ações populares e ações por improbidade).

### 5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se à Vara Federal correccionada as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação), 4 (Improbidade), 5 (Processos de Execução e 6 (Ações Coletivas), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. O acompanhou o atingimento das Metas CNJ/2016, relatando dificuldade para alcançar a Meta 5, dependente de promoção das execuções pelas partes. Os gestores conhecem as Metas do CNJ, todavia, nem todos os servidores são familiarizados com elas.

Sugere-se melhor divulgação das metas do CNJ entre os servidores.

#### 5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

**“Identificar e julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”<sup>2</sup>**

O órgão recebeu, por distribuição, 500 processos em 2016 e julgou 405, cumprindo 82% da meta nº 1 CNJ/2016.

<sup>2</sup> A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9).



Meta 1 2016	Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
<b>1º Grau</b>	<b>39.200</b>	<b>40.566</b>	<b>1.123</b>	<b>99%</b>
1º Grau / SJRJ	33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES	6.042	6.807	349	94%
<b>Juizado Especial Federal</b>	<b>111.293</b>	<b>131.255</b>	<b>247</b>	<b>85%</b>
JEF / SJRJ	94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES	16.628	21.429	54	78%
<b>Turma Recursal</b>	<b>42.594</b>	<b>39.908</b>	<b>68</b>	<b>107%</b>
TR / SJRJ	33.921	32.669	12	104%
TR / SJES	8.673	7.239	56	121%
<b>Tribunal Regional Federal</b>	<b>41.782</b>	<b>44.815</b>	<b>487</b>	<b>94%</b>
SJRJ	161.744	176.254	979	92%
SJES	31.343	35.475	459	90%
TRU	29	57	0	50%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>234.898</b>	<b>256.601</b>	<b>1.925</b>	<b>92%</b>
<b>02ª Vara Federal de Nova Iguaçu-RJ</b>	<b>405</b>	<b>500</b>	<b>7</b>	<b>82%</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.

### 5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

**Identificar e julgar, até 31/12/2016: No 1º grau e 2º grau, (i) 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, (ii) 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012”.**

#### Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 99% dos 170 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2011).

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	100% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	02ª Vara Federal de Nova Iguaçu-SJRJ			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	49.480	44.207	1.500	45.707	3.773	92%
Seções Judiciárias	69.671	62.243	3.582	65.825	3.846	94%
SJRJ	61.060	54.511	3.127	57.638	3.422	94%
SJES	8.611	7.732	455	8.187	424	95%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>119.151</b>	<b>106.450</b>	<b>5.082</b>	<b>111.532</b>	<b>7.619</b>	<b>94%</b>
<b>02ª Vara Federal de Nova Iguaçu-SJRJ</b>	<b>170</b>	<b>167</b>	<b>1</b>	<b>168</b>	<b>2</b>	<b>99%</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.





**Quadro relativo à parte (ii) da meta 2**

(julgados 99% dos 296 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2012).

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	70% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	02ª Vara Federal de Nova Iguaçu-SJRJ			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	72.523	64.045	2.499	66.544	5.979	92%
Seções Judiciárias	95.130	84.083	5.428	89.511	5.619	94%
SJRJ	82.809	73.255	4.615	77.870	4.939	94%
SJES	12.321	10.828	813	11.641	680	94%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>167.653</b>	<b>148.128</b>	<b>7.927</b>	<b>156.055</b>	<b>11.598</b>	<b>93%</b>
<b>02ª Vara Federal de Nova Iguaçu-SJRJ</b>	<b>296</b>	<b>287</b>	<b>5</b>	<b>292</b>	<b>4</b>	<b>99%</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.

**Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:**

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
00026527520114025120	Embargos à Execução Fiscal	PIS – Multas – Dívida Ativa – Direito Tributário	sim	Remessa, carga para a Procuradoria da Fazenda Nacional	12/09/17
00030869820104025120	Embargos à Execução Fiscal	Multas- Dívida Ativa- Direito Tributário	sim	Baixa - Findo	21/06/17
00005114920124025120	Embargos à Ação Monitória	Contratos de Direito Civil- Contratos Mercantis.	sim	Intimação de decisão	11/09/17
00001676820124025120	ACP- Improbidade Administrativa	Meio Ambiente	sim	Juntada	21/08/17

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Não há, s.m.j, irregularidade atribuível à unidade correccionada.

### 5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação)

**“Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior”<sup>3</sup>**

O PORTAL não dispõe de relatório específico para acompanhamento da meta nº3 CNJ/2016 por unidade, mas do APOLO se extraem os seguintes dados:

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2016: 4

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2017: 3

### 5.2.4. Meta nº 4 CNJ/2016 (Foco: Improbidade Administrativa)

**“Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014”<sup>4</sup>**

O órgão não julgou processos-alvo da Meta nº 4 CNJ/2016, que serão analisados no item 10, infra.

Meta 4 - Improbidade	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	Grau de cumprimento
TRF	308	183	64	247	61	80%	115%
SJRJ	554	120	96	216	338	39%	56%
SJES	129	29	21	50	79	39%	55%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>991</b>	<b>332</b>	<b>181</b>	<b>513</b>	<b>478</b>	<b>52%</b>	<b>74%</b>
02ª Vara Federal de Nova Iguaçu	4	0	0	0	4	0%	0%

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.

### 5.2.1. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

**“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”<sup>5</sup>**

<sup>3</sup> Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25).

<sup>4</sup> A Constituição Federal Brasileira preceitua a legalidade e a moralidade como alguns dos princípios da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios. A improbidade administrativa e os crimes contra a Administração Pública, atos impregnados de desonestidade que desvirtuam a função pública e desrespeitam a ordem jurídica, atentam principalmente contra esses princípios. Assim, a Meta 4, voltada à celeridade na tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, busca atender aos anseios da sociedade, que espera do Poder Judiciário uma resposta tempestiva nos processos que visam à persecução das condutas violadoras dos princípios da Administração Pública, dos deveres de probidade e da coisa pública. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 27).



Cumpridos 47% da meta nº 5 CNJ/2016.

TRF2  
Fls 164

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SJRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SJES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
<b>Juizado Especial Federal</b>	<b>10.803</b>	<b>37.637</b>	<b>37.703</b>	<b>1.774</b>	<b>430</b>	<b>12.081</b>	<b>97%</b>
JEF / SJRJ	8.788	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SJES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
<b>SJRI</b>	<b>35.985</b>	<b>54.376</b>	<b>46.682</b>	<b>12.633</b>	<b>10.828</b>	<b>45.484</b>	<b>83%</b>
<b>SJES</b>	<b>10.008</b>	<b>10.220</b>	<b>12.280</b>	<b>2.064</b>	<b>1.395</b>	<b>8.617</b>	<b>113%</b>
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>45.993</b>	<b>64.596</b>	<b>58.962</b>	<b>14.697</b>	<b>12.223</b>	<b>54.101</b>	<b>88%</b>
<b>02ª Vara Federal de Nova Iguaçu</b>	<b>194</b>	<b>131</b>	<b>63</b>	<b>111</b>	<b>108</b>	<b>265</b>	<b>47%</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.

### Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 5 CNJ/2016:

Processo	Julgado pendente de cumprimento	Data de trânsito em julgado	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
00337292920164025120	Empréstimo – Cédula de crédito bancário – Direito Civil	N/A	sim	Intimação de decisão	18/10/17
00337024620164025120	Execução de Título Extrajudicial	N/A	sim	Devolução de remessa, carga para CEF	01/09/17
00347958920164025105	Execução de Título Extrajudicial	N/A	sim	Movimentação cartorária, aguardando devolução de mandado	16/10/17
00319573120164025120	Cumprimento de sentença – ação coletiva- indenização.	N/A	sim	Conclusão para sentença	17/10/17
00286177920164025120	Execução de Título Extrajudicial	N/A	não	Movimentação Cartorária, diligências.	04/10/17

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

A equipe de correições não encontrou irregularidade no processamento atribuível ao Juízo, nada obstante o não atingimento da Meta.

### 5.2.2. Meta nº 6 CNJ/2016 (Foco: Ações Coletivas)

O órgão julgou 100 % dos processos-alvo da Meta 6 CNJ/2016:

<sup>5</sup> A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	628	537	36	573	55	91%
SJRJ	877	598	79	677	200	77%
SJES	115	70	18	88	27	77%
1º Grau	992	668	97	765	227	77%
Total - 2ª Região	1.620	1.205	133	1.338	282	83%
02ª Vara Federal de Nova Iguaçu	2	2	0	2	0	100%

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017.

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Produção e classificação de sentenças**

A unidade correccionada produziu 2.760 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017), com média de 230 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	254
B1	Homologatória de acordo	3
B2	Repetitiva (padronizada)	195
C	Sem resolução do mérito	2.308

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças, acesso em 02/10/2017.

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

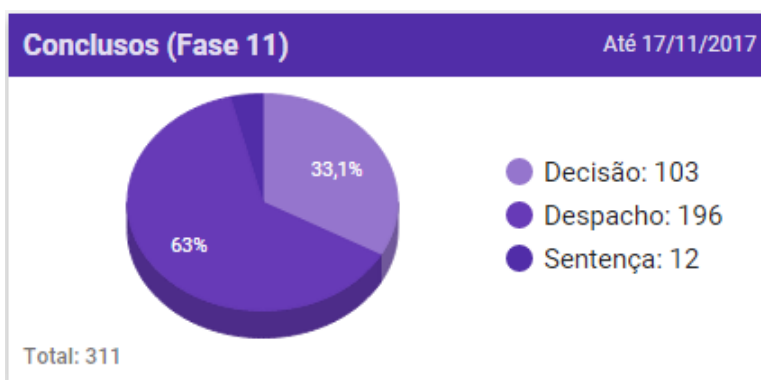
TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0018862- 31.2016.4.02.5120	0002023- 38.2010.4.02.5120	0033686- 58.2017.4.02.5120	0159253- 93.2016.4.02.5101
0052224- 24.2016.4.02.5120	0002137- 40.2011.4.02.5120	0135769- 89.2016.4.02.5120	0134321- 47.2017.4.02.5120
0061407- 19.2016.4.02.5120	0001256- 97.2010.4.02.5120	0159148- 93.2015.4.02.5120	0124231- 14.2016.4.02.5120
0065634- 52.2016.4.02.5120	0000917- 70.2012.4.02.5120	0162792- 10.2016.4.02.5120	0029395- 15.2017.4.02.5120
0106395- 62.2015.4.02.5120	0003340- 37.2011.4.02.5120	0183547- 55.2016.4.02.5120	0149515- 90.2017.4.02.5119

Fonte: PORTAL, acesso em 01/08/2017

**6.2. Acervo concluso**

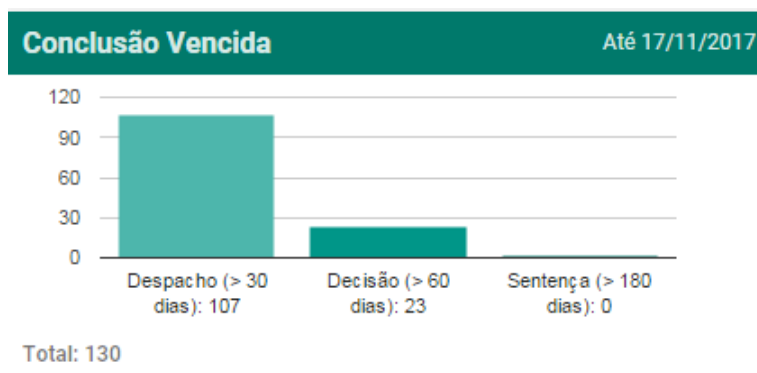


Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 17/11/2017



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 17/11/2017

### 6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)





Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 17/11/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 17/10/2017) indica não haver processos conclusos para sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR).

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo conclusos para decisão ou despacho além dos prazos do art. 227, I e II, CNCR:

### Conclusos para despacho

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0183685-22.2016.4.02.5120	Execução Fiscal	Multas tributárias	66	28/08/17	44
00000740-72.2013.4.02.5120	Ordinária/Imóveis.	Conversão de aposentadoria por tempo de contribuição em especial ou conversão do tempo especial em comum - Revisão de Benefícios – Direito Previdenciário	326	29/08/17	43
0039651-85.2015.4.02.5120	Ordinária/Previdenciária.	Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Direito Civil	213	29/08/17	43
0072797-83.2016.4.02.5120	Execução Fiscal	Ilegalidade da cobrança de taxas relacionadas à expedição diplomas, certidões, declarações e históricos universitários	460	10/08/17	41
0117392-07.2015.4.02.5120	Ordinária / Outras	Fornecimento de Medicamento – Saúde – Direito Público	261	01/09/17	40
0047261-70.2016.4.02.5120	Ação Civil Pública	Indenizar o dano interino (perda ambiental havida entre a data do dano ambiental e a efetiva recuperação da área) – indenização pelos danos extrapatrimoniais causados à coletividade	806	04/09/17	37
0144481-05.2015.4.02.5120	Execução Fiscal	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Direito Tributário	68	04/09/17	37
0102474-27.2017.4.02.5120	Execução Fiscal	Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Repetição de indébito – Dano Moral – Direito Civil	198	04/09/17	37
0500092-93.2017.4.02.5120	Ordinária/Outras	Empréstimo – Linha de Crédito – Contratos / Civil / Comercial / Econômico e Financeiro – Direito Civil	128	05/09/17	36
0100080-52.2014.4.02.5120	Ordinária / Servidores Públicos	Anulação de ato administrativo – Reforma a contar da desincorporação da Marinha – Concessão de Auxílio Invalidez – Danos Morais	420	06/09/17	35

### Conclusos para decisão



Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0124696-23.2016.4.02.5120	EXECUÇÃO FISCAL	MULTAS – DÍVIDA ATIVA – DIREITO TRIBUTÁRIO	65	13/07/17	152
0000076-41.2013.4.02.5120	EXECUÇÃO FISCAL	MULTAS – DÍVIDA ATIVA – DIREITO TRIBUTÁRIO	241	18/07/17	146
0001447-74.2012.4.02.5120	EXECUÇÃO FISCAL	MULTAS – DÍVIDA ATIVA – DIREITO TRIBUTÁRIO	172	01/08/17	132
0020741-39.2017.4.02.5120	EXECUÇÃO FISCAL	MULTAS – DÍVIDA ATIVA – DIREITO TRIBUTÁRIO	61	09/08/17	127
0011861-92.2016.4.02.5120	EXECUÇÃO FISCAL	MULTAS – DÍVIDA ATIVA – DIREITO TRIBUTÁRIO	48	09/08/17	124
0047799-85.2015.4.02.5120	EXECUÇÃO FISCAL	MULTAS – DÍVIDA ATIVA – DIREITO TRIBUTÁRIO	90	24/08/17	110
0022017-08.2017.4.02.5120	EXECUÇÃO FISCAL	MULTAS – DÍVIDA ATIVA – DIREITO TRIBUTÁRIO	18	25/08/17	108
0093325-75.2015.4.02.5120	EXECUÇÃO FISCAL	MULTAS – DÍVIDA ATIVA – DIREITO TRIBUTÁRIO	104	05/09/17	97
0000444-55.2010.4.02.5120		MULTAS – DÍVIDA ATIVA – DIREITO TRIBUTÁRIO	38	05/09/17	97
0158128-33.2016.4.02.5120		MULTAS – DÍVIDA ATIVA – DIREITO TRIBUTÁRIO	38	14/09/17	88

Não há, s.m.j, extrapolação de prazos considerada a contagem em dias úteis prevista nos artigos 227 e 228, da CNCR.

#### 6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/11/2016 até 31/09/2017) foram designadas 36 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.





## 7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

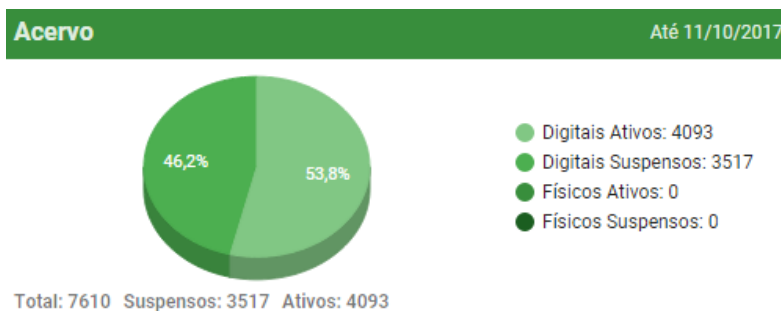
### 7.1. Acervo da unidade

Mês : Setembro    Vara : 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu

Situacao Processo

Medidas	Trâmite	Suspense	Recurso TRF-2	Total	
Ano	2011	1774	148	56	1978
Processos	2012	2212	389	482	3083
	2013	2013	888	579	3480
	2014	2432	1677	602	4711
	2015	1962	2138	620	4720
	2016	1982	2792	607	5381
	2017	3637	3275	603	7515

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 11/10/2017

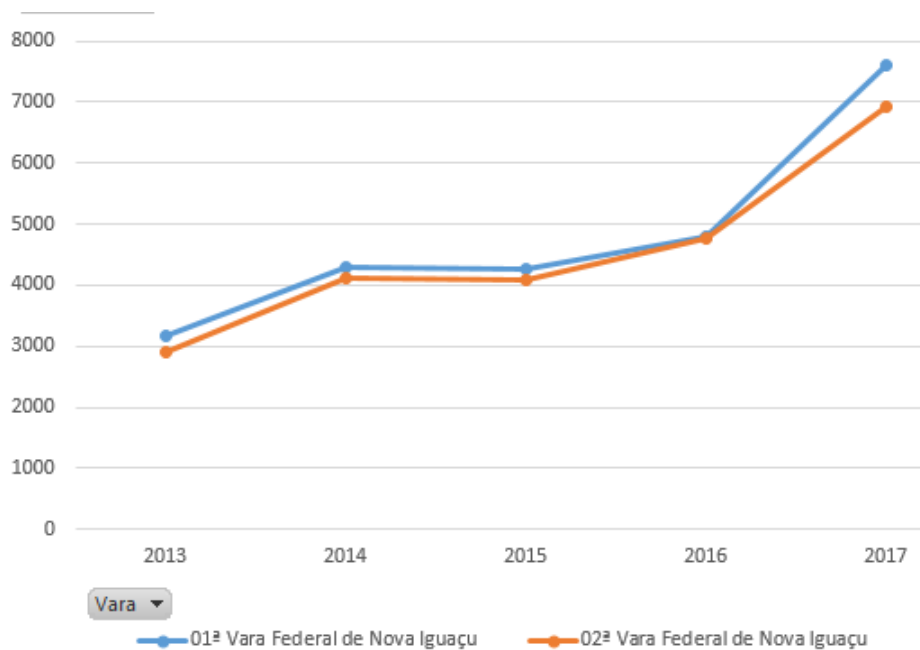
Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

	Correição jun/2014	Correição jan/2016	Correição out/2017
Total	3.866	4.806	7.515
Suspensos	1.337	2.202	3.275
Remetidos para julgar recurso	521	613	603
<b>Tramitação ajustada</b>	2.008	1.991	3.637

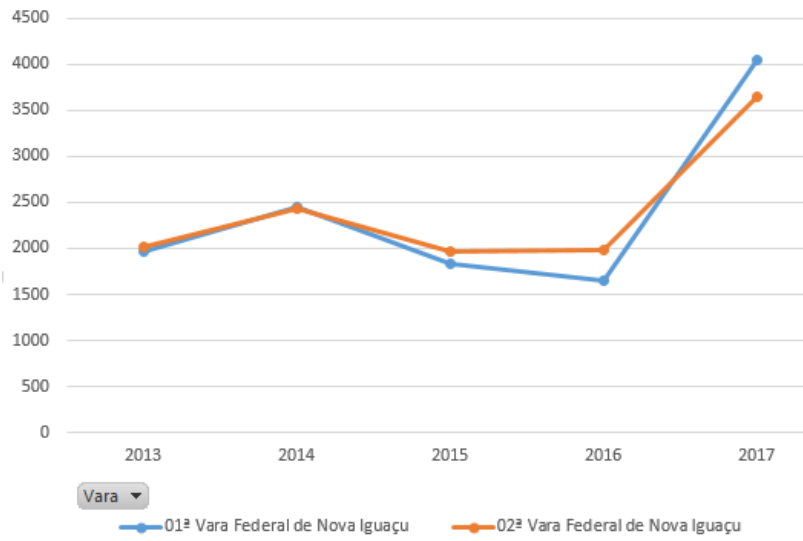
## 7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas Federais da Subseção Judiciária de Nova Iguaçu (mês de referência: setembro)

TRF2  
Fls 171

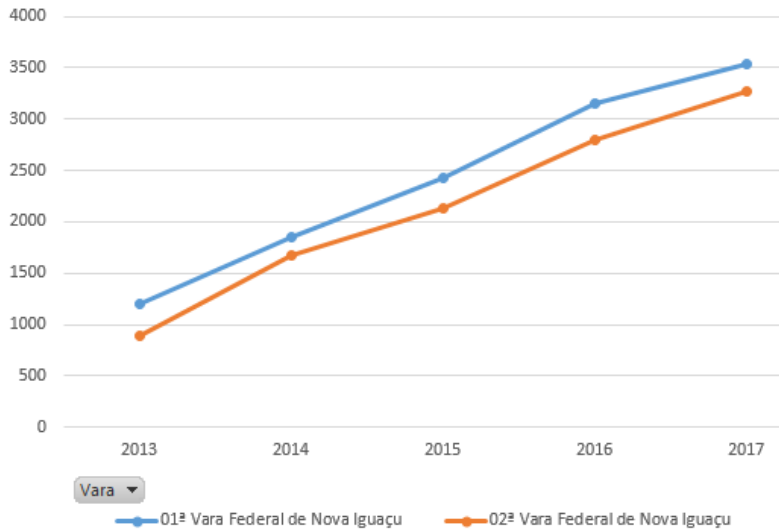
### 7.2.1. Acervo total



### 7.2.2. Acervo ativo



### 7.2.3. Acervo suspenso





## 8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

### 8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

Na área cível mandado de segurança, Ações Civas Públicas e Possessórias possuem locais virtuais destacados dos demais feitos para acesso pelos servidores prioritariamente.

No âmbito da Execução fiscal a unidade dá tratamento diferenciado aos os feitos acima de 1 milhão de reais, haja vista a Portaria 396 da Receita Federal, para identificar o executado como Grande Devedor, dando tratamento diferenciado.

### 8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

Os servidores lotados na Secretaria que identifiquem feitos aparentemente aptos para julgamento durante o processamento diário, os encaminham para o apoio aos Gabinetes, onde é verificado se a fase instrutória foi concluída (nas ações cíveis) e abre-se conclusão para sentença.

Essa sistemática visa evitar as conversões em diligência, vez que a triagem é realizada antes da abertura de conclusão de sentença, o que otimiza o tempo, sendo rara a conversão em diligência





## 9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

### 9.1. Balcão de entrada

Balcão de Entrada da 2ª Vara Federal de Nova Iguaçu:

Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Vara
0140211-69.2014.4.02.5120	3000	2017.12.13 - Art. 40, Ief - Suspensão reativada (Art. 40 da Lei nº 11.151/2005)	00000000	13/12/2017 01:01	JRUSZ2		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0184795-56.2016.4.02.5120	3000	#int - CONF-1520#Remessa - Carga Para CRECI-RJ (Confirmação de Remessa)	00000000	13/12/2017 14:06	PORTALV		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0032228-40.2016.4.02.5120 - Local 2002	2017.3003.131772-8	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela i	00000000	13/12/2017 14:53	PETWEB		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0224249-09.2017.4.02.5120	3000	Distribuição-Sorteio Automático	00000000	13/12/2017 14:53	JRUCSF		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0017305-43.2015.4.02.5120 - Local 2002	2017.3003.131954-6	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela i	00000000	13/12/2017 15:02	PETWEB		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0035336-77.2016.4.02.5120 - Local 2002	2017.3003.132531-3	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela i	00000000	13/12/2017 16:18	PETWEB		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0128139-79.2016.4.02.5120 - Local 2002	2017.3003.132794-4	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela i	00000000	13/12/2017 16:51	PETWEB		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0002692-52.2014.4.02.5120 - Local 2002	2017.3003.132877-0	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela i	00000000	13/12/2017 17:03	PETWEB		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0221159-90.2017.4.02.5120	3000	Distribuição-Sorteio Automático	00000000	13/12/2017 17:13	JRUCSF		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0000876-35.2014.4.02.5120 - Local 2002	2017.3003.133092-7	Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela i	00000000	13/12/2017 17:23	PETWEB		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0195316-26.2017.4.02.5120 - Local 2002	MEF.2002.001046-6/2C/MARIA JOSE - RUAM I	DEVOLVIDO COM RESULTADO	00000000	13/12/2017 17:37	JRUPUA		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0500106-77.2017.4.02.5120 - Local 2002	MEF.2002.001080-3/2C/LAFAIETE - RUA JOAC	DEVOLVIDO COM RESULTADO	00000000	13/12/2017 17:43	JRUPUA		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0093887-50.2016.4.02.5120 - Local 2002	2017.3020.216006-2	Novo Documento Cadastrado - Petição Geral	00000000	13/12/2017 18:37	WEBSEB		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0003326-53.2011.4.02.5120	3000	2017.12.14 - ART 20 DA LEI 10.522/02 - Suspensão reati	00000000	14/12/2017 01:01	JRUSTK		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0198929-54.2017.4.02.5120 - Local 2002	MAN.2002.000694-5/2C/ARDEM DA POSSE - DEVOLVIDO COM RESULTADO		00000000	14/12/2017 11:52	JRUBGL		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0005319-58.2016.4.02.5120 - Local 2002	MEF.2002.001096-4/2C/POSSE - RUAMARIA. DEVOLVIDO COM RESULTADO		00000000	14/12/2017 12:32	JRUBGL		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0000406-04.2014.4.02.5120 - Local 2002	MAN.2002.000622-0/2C/GRAJAU - RUA CAMPI. DEVOLVIDO COM RESULTADO		00000000	14/12/2017 12:38	JRURAI		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0153880-80.2017.4.02.5120 - Local 2002	MAN.2002.000654-0/2C - RUA WALTER LEMC. DEVOLVIDO COM RESULTADO		00000000	14/12/2017 13:00	JRUDVS		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0140138-98.2017.4.02.5118 - Local 2002	2017.3020.216340-1	Novo Documento Cadastrado - Petição Geral	00000000	14/12/2017 13:01	WEBSEB		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
0124889-09.2014.4.02.5120	1002	Remessa Interna para Cálculos elaborados	00000000	14/12/2017 13:08	JRUCJN		02ª Vara Federal de Nova Iguaçu

No dia 14/12/2017, às 13h14 horas, aguardavam movimentação cartorária, no Balcão de Entrada da 2ª Vara Federal de Nova Iguaçu, 20 documentos sendo o mais antigo o de 13/12/2017. A coleta desses dados foi realizada nessas datas em complemento aos dados analisados durante a correição, pois constatada a ausência da amostragem à época dos trabalhos. Vistos:

Data de entrada	Número	Classe/Natureza	Observação
13/12/17	0000876-35.2014.4.02.5120	Execução Fiscal	Multas – Dívida Ativa – Direito Tributário
13/12/17	0140138-98.2017.4.02.5118	Mandado de Segurança individual / Tributário	Compensação – crédito Tributário – Direito Tributário
13/12/17	0032228-40.2016.4.02.5120	Execução Fiscal	Multas – Dívida Ativa – Direito Tributário
13/12/17	0017305-43.2015.4.02.5120	Execução Fiscal	Multas – Dívida Ativa – Direito Tributário
13/12/17	35336-77.2016.4.02.5120	Execução Fiscal	Multas – Dívida Ativa – Direito Tributário

### 9.2. Processos em segredo de justiça

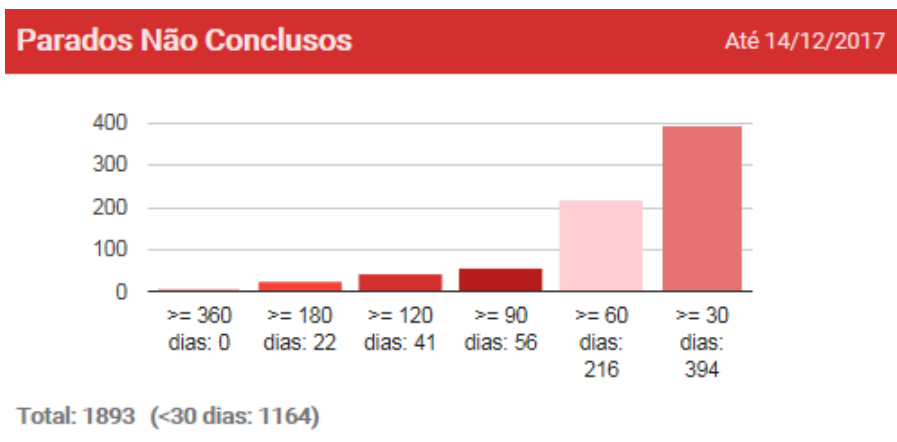


Posição em	03/10/2017
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	6
<b>Total Geral</b>	<b>6</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 14/12/2017

Número	Classe	Tipo de segredo	Fls. da decisão de segredo	Observação
00005441020104025120	3000	documento	103	IRPS – dívida ativa – Direito Tributário
00010845320134025120	4002	Documento	SMJ, não encontramos a referida decisão	Linha de crédito – contrato/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro – Direito Civil
00006373120144025120	4002	Documento	SMJ, não encontramos a referida decisão	Empréstimo - contrato/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro – Direito Civil
00021356520144025120	5013	Documento	01/09/16	Linha de crédito – contrato/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro – Direito Civil
00494903720154025120	3000	documento	20/02/17	Multas – Dívida Ativa – Direito Tributário

### 9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 14/12/2017

### Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0015105-29.2016.4.02.5120	Ordinária/anulatória de débito fiscal	Não	Remessa, carga para Procuradoria da Fazenda por motivo de manifestação.	59	16/10/17
0001946-92.2011.4.02.5120	Reintegração / manutenção de posse	Não	Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado	59	16/10/17
0034826-64.2016.4.02.5120	Execução por título extrajudicial	Não	Movimentação cartorária tipo aguardando cadastramento de BACENJUD	59	16/10/17
0112812-94.2016.4.02.5120	Execução Fiscal	Não	Devolução de remessa	59	16/10/17
0177166-88.2016.4.02.5101	Execução por título extrajudicial	Não	Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado	59	16/10/17
0000826-09.2014.4.02.5120	Execução Fiscal	Não	Remessa, Carga para PRF (Interior) – Autarquias e Fundações por motivo de recurso.	58	17/10/17
0104155-71.2013.4.02.5120	Execução Fiscal	Não	Intimação de decisão – registro no sistema	58	17/10/17
0000435-93.2010.4.02.5120	Execução Fiscal	Não	Intimação de decisão – registro no sistema	58	17/10/17
0048163-62.2016.4.02.5107	Execução Fiscal	Não	Intimação de decisão – registro no sistema	58	17/10/17
0028324-46.2015.4.02.5120	Execução Fiscal	Não	Intimação de decisão – registro no sistema	58	17/10/17



Na data de encerramento deste relatório a equipe de correições constatou que permanecem processos aguardando movimentação pela Secretaria por prazo acima dos fixados na CNCR, sendo 52 acima de 180 dias, os mais antigos:

TRF2  
Fls 177

**Painel de Indicadores da Corregedoria**  
Parados Não Concluídos - >= 180 dias

© JFRJ ○ JFES Q 02VF-IG - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu

52 itens listados (2.4%)

Processo	Últ. Movimento	Tempo Em Dias	Supporte Todos	Classe Todos	Par/Ímpar Todos
0115057-15.2015.4.02.5120	23/05/2017 16:20	309	Digital	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Ímpar
0014991-90.2016.4.02.5120	23/05/2017 15:44	309	Digital	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Ímpar
0016906-77.2016.4.02.5120	23/05/2017 16:36	309	Digital	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Par
0116999-82.2015.4.02.5120	23/05/2017 15:51	309	Digital	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Ímpar
0039461-88.2016.4.02.5120	23/05/2017 16:31	309	Digital	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Ímpar
0162159-33.2015.4.02.5120	24/05/2017 15:02	308	Digital	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Ímpar
0001088-90.2013.4.02.5120	24/05/2017 11:53	308	Digital	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Par
0142658-59.2016.4.02.5120	24/05/2017 14:30	308	Digital	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Par
0027816-03.2015.4.02.5120	24/05/2017 14:52	308	Digital	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Par
0027446-24.2015.4.02.5120	24/05/2017 14:53	308	Digital	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Par
0160511-75.2015.4.02.5101	24/05/2017 14:40	308	Digital	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Ímpar
0000805-67.2013.4.02.5120	07/06/2017 16:41	294	Digital	EXECUÇÃO FISCAL	Ímpar

Sugere-se que a unidade correicionada estabeleça estratégia de trabalho para não permitir que processos aguardem atos cartorários além dos prazos estabelecidos no artigo 228 da CNCR, constatado pela equipe de correições que a quantidade de feitos paralisados há mais de 180 dias aumentou de 22 processos (em 14/12/17) para 52 (em 28/03/18).

#### 9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:



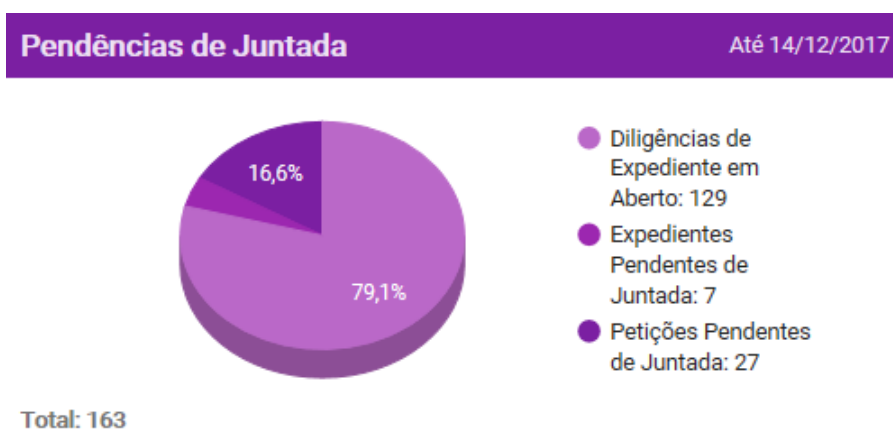


Total Geral de Boletins Gerados	Período	<b>10/2016 a 09/2017</b>
	Processos	<b>6.369</b>
	Boletins	<b>213</b>
	Média (Proc. / Bol.)	<b>29,90</b>
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	<b>5,42</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 14/12/2017

### 9.5. Documentos pendentes de juntada

Na data de encerramento deste relatório a equipe de correição



Fonte: PAINEL, acesso em 19/10/2017

Durante a correição, foi constatado que as petições que aguardam juntada há mais tempo são relativas a autos remetidos para julgamento de recurso:

Data de entrada	Número da petição	Processo	Dias que aguard a juntar	Local do processo
09/01/13	2013.7152.002812-0	0000212-09.2011.4.02.5120	1.180	TRF
09/01/13	2013.7152.002813-8	0000212-09.2011.4.02.5120	1.800	TRF
24/06/13	2013.3000.320653-8	0001174-32.2011.4.02.5120	1.634	TRF
10/06/13	2013.3000.291598-5	0000543-88.2011.4.02.5120	1.648	TRF
03/07/13	2013.3000.342606-6	0001114-25.2012.4.02.5120	1.625	TRF



## 10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

A Vara Federal possui: 08 (oito) Ações Cíveis Públicas (classe 6001), 09 (nove) Ações Cíveis Públicas/ improbidade (classe 6006), 02 (duas) Ações Populares e 01 (um) Mandado de Segurança Coletivo em tramitação.

Classe	Em trâmite	Suspensos	Total
Ação Civil Pública	08	01	09
Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa	09	01	10
Outras ações/Improbidade Administrativa	00	00	00
Ações Populares	02	00	02
Mandados de Segurança Coletivas	01	00	01
Habeas Corpus	00	00	00
Processos criminais com réus presos	00	00	00

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0145846-26.2017.4.02.5120	2002	Recolhimento do PIS/COFINS, sem a inclusão do ICMS na base de cálculo	sim	Remessa ao MPF	13/10/17
0016775-68.2017.4.02.5120	6006	Prestação inidônea de valores recebidos de	sim	Intimação de decisão do	28/07/17



		programas federais destinado à escola		recebimento da inicial Último movimento	
0143385-18.2016.4.02.5120	6006	Ausência de prestação de contas acerca da aplicação dos recursos recebidos por meio do Convênio 84/2005.	sim	Juntada das alegações finais	05/10/17
0186271-95.2017.4.02.5120	6002	Vedação de liberação de emendas parlamentares	sim	Conclusão para decisão	04/10/17
0012678-59.2016.4.02.5120	6002	Declaração de nulidade de ato administrativo	sim	Trânsito em julgado	18/09/17
0000167-68.2012.4.02.5120	6006	Dano ambiental – responsabilidade civil	sim	Certidão de intimação do INEA devidamente cumprida	21/09/17
0000763-81.2014.4.02.5120	6006	Inclusão irregular de 80 (oitenta) CPFs na base da Receita Federal	sim	Suspensão	10/03/17
0074755-07.2016.4.02.5120	6006	Responsabilidade civil	sim	juntada	16/08/17
0101529-40.2017.4.02.5120	6001	Responsabilidade civil c/c obrigação de não fazer	sim	Concluso para decisão	05/09/17
0101536-32.2017.4.02.5120	6001	Responsabilidade civil c/c obrigação de não fazer	sim	juntada	13/10/17

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

**11. PROCESSOS SUSPENSOS**

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos inserindo-os em local virtual específico, registrada a data do término, conforme os exemplos a seguir:

Local Virtual	Nº de Processos
Cível – processos suspensos	135
EF – processos suspensos	959

A unidade registra os processos-paradigmas e o termo final de suspensão dos processos no sistema, viabilizando suas reativações automáticas.

Os processos suspensos por força do artigo 40 da Lei 6.830/80, são, inicialmente, são reativados automaticamente após o anuênio legal e, certificado o início do quinquênio prescricional é feito novo registro do sistema. Decorrido em branco o lapso, é dada vista ao Exequente e, após, o feito é arquivado caso não haja manifestação profícua.

Nos casos de parcelamento, o juízo entende que cabe ao Exequente o controle administrativo do cumprimento da obrigação, não havendo procedimento de verificação periódica de adimplemento pela Secretaria.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
0001532-49.2014.4.02.5101	RE 611503 – RESP 1614874	regular
0102741-04.2014.4.02.5120	RE611503 – RESP 1614874 <input type="checkbox"/>	regular <input type="checkbox"/>
0093844-16.2016.4.02.5120	RESP 1.381.683 <input type="checkbox"/> -PE	regular <input type="checkbox"/>
0000287-82.2010.4.02.5120	Resp 1616493 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	regular <input type="checkbox"/>
0113617-47.2016.4.02.5120	RESP 1.381.683-PE <input type="checkbox"/>	regular <input type="checkbox"/>

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0031534-08.2015.4.02.5120	Art. 40	03/02/17	Regular
0001794-10.2012.4.02.5120	Aguarda decisão de instância superior	17/10/14	Regular
0158094-58.2016.4.02.5120	Parcelamento	03/02/17	Regular
0000797-90.2013.4.02.5120	Embargos à Execução	03/04/14	Regular
0144707-73.2016.4.02.5120	Parcelamento	30/01/17	Regular



## 12. RPVs E PRECATÓRIOS

A unidade correccionada enviou 10 precatórios e 49 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017). Constam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 2 precatórios e 7 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
01475103420134025120	Precatório	27/07/17	N/A	Regular
00005666820104025120	Precatório	16/08/17	N/A	Regular
00028232720144025120	RPV	01/10/16	N/A	Regular
00026041920114025120	RPV	10/11/16	N/A	Regular
01510375720144025120	RPV	01/08/17	N/A	Regular



### 13. BENS PENHORADOS

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 02/10/2017, apresenta cadastramento de 349 bens penhorados pelo Juízo. Analisados a amostra de feitos a seguir, não se constatou, s.m.j., falha no registro das penhoras pela Secretaria:

Processo	Data da penhora	Correspondência do registro APOLO com o auto de penhora	Observação
0000038-97.2011.4.02.5120	31/10/11	sim	Regular
0002844-37.2013.4.02.5120	23/03/15	sim	Regular
0002952-37.2011.4.02.5120	27/04/16	sim	Regular
0027843-49.2016.4.02.5120	08/03/17	sim	Regular
0043396-73.2015.4.02.5120	11/03/16	sim	regular



#### 14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Em 02/10/2017, havia 1 processo com acautelamento de bens.

Processo	Data acautelamento do	Observação
0000092-92.2013.4.02.5120	12/06/17	Carteira de Trabalho pertencente à autora R. da C. R. S. localizado no armário – patrimônio n. 089198



## 15. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe de 02 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber, (i) ponto e (2) reclamações. Os livros estão regulares, ausentes rasuras e todas as folhas estão rubricadas e numeradas.

Registra-se, que a unidade mantém pastas cujos dados e documentos são extraídos do sistema eletrônico (pastas de mandados, ofícios, alvarás).

Sugere-se extinguir as pastas físicas de arquivamento de cópias mandados, ofícios e alvarás, não obrigatórias (art. 148, CNCR), pois tais informações hodiernamente são mantidas na forma eletrônica no sistema de acompanhamento processual (art. 149), justificando (art. 151) se vislumbrar a necessidade da sua manutenção.





## 16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 2ª VF-IG do Rio de Janeiro está localizada no 3º andar, edifício localizado Rua Oscar Soares, nº 2, Centro, Município de Nova Iguaçu

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados. O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível, com mural para orientação do público.

A sala da Secretaria da Vara é ampla e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido e divisórias em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira em excesso no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma copa para refeições.

O Gabinete do Juiz Federal Substituto, cargo vago, não é utilizado. É amplo, com mesa, poltrona, estante e banheiro privativo.

Os aparelhos de ar-condicionado funcionam bem, refrigerando adequadamente o ambiente.

**17. TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA****17.1. CÍVEL****17.1.1. Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças**

Não há processos que versam sobre sequestro internacional de crianças registrado no APOLO.

**17.1.2. Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização**

Não há processos que versam sobre entrega de certificado de naturalização registrado no sistema APOLO.

**17.2. EXECUÇÃO FISCAL****17.2.1. Regularidade do processamento de Execuções Fiscais de grandes devedores (arts. 272 e 273, CNCR)**

A Vara Federal não tem critério interno para definir execuções de alto valor (art. 272, parágrafo único, CNCR), todavia, utiliza a lista de grandes devedores fornecida pela Fazenda Nacional, nos termos da Portaria 396 da Receita Federal.

Por amostragem foram vistoriados os processos abaixo relacionados, com execuções fiscais acima de 1 milhão de reais, não se encontrando, s.m.j., irregularidadeno processamento:

Processo	Valor da execução	Data de autuação	Mov. regular em 12 meses?*	Último Movim.	Data último Movim.
0047798-66.2016.4.02.5120	R\$ 4.040.942,48	12/04/16	Sim	Conclusão para sentença	09/01/18
0000732-61.2014.4.02.5120	R\$ 2.545.445,33	24/06/14	sim	Suspensão – art. 40 LEF	07/06/17
0026547-55.2017.4.02.5120	R\$ 1.614.823,48	09/03/17	Sim	Aguardando devolução de Mandado.	27/11/17
0023909-52.2017.4.02.5119	R\$ 1.111.741,09	20/03/17	Sim	Suspensão – art. 40 LEF	13/12/17
0026530-19.2017.4.02.5120	R\$ 4.396.631,19	09/03/17	Sim	Suspensão- embargos à execução	13/07/17



\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

### 17.2.2. Controle do prazo de prescrição intercorrente

Foi feita seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento adequado do controle do prazo prescricional (vide item 11, supra).

00033265320114025120
00010282520104025120
00016437820114025120
00019962120114025120
00002802220124025120
00010756220114025120
00001572420124025120
00007037920124025120

### 17.2.3. Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados

O Juízo adota revezamento entre 3 (três) leiloeiros. Havendo oportunidade é realizado leilão unificado, pois aumenta a oportunidade de arrematação dos bens, cabendo ao leiloeiro informar a data.



**18. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR**

O processo relativo à Correição Ordinária anterior (0900007-13.2016.4.02.0000, SIAPRO), realizada de 25 a 29/01/2016, foi arquivado em 18/11/2016 sem pendências às recomendações a seguir listadas, comunicadas à unidade jurisdicional em 10/03/2016 (Ofício TRF2-OFI-2016/04745), e atendidas pelo Juízo em 31/05/2016 (Ofício JFRJ-OFI-2016/05308):

1. *Buscar o cumprimento das Metas 01 e 05 do CNJ.*
2. *Observar a correta classificação das próximas sentenças proferidas, em especial as consideradas de fundamentação individualizada, conforme indicado no respectivo item deste relatório, nos termos do art. 2º, I da Resolução CJF nº 535/2006;*
3. *Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como “vazias”, promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página) quando do registro do movimento de conclusão;*
4. *Promover a inserção do tipo de sentença no cabeçalho ou no rodapé da primeira página da sentença prolatada no processo nº 0020154-21.2010.4.02.5101, conforme prevê artigo 5º, parágrafo único, da Resolução CJF nº 535/2006;*
5. *Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, considerando que o mapa estatístico apontou 160 processos com tal fase não informada;*
6. *Buscar reduzir ao mínimo o tempo médio entre o início da execução e a expedição do Precatório/RPV;*
7. *Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens penhorados (constritos);*
8. *Preencher o questionário devidamente, tendo em vista que não foram respondidos alguns itens de forma satisfatória. Por exemplo, no item de "LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS" não há dados a relatar, tendo em vista que a correição foi realizada na forma eletrônica, e o juízo correicionado não listou as pastas e livros, quer físicas, quer eletrônicas, informando, apenas, que se encontravam de maneira regular.*
9. *Regularizar, se for o caso, a informação de suspensão do processo n.º 00002845920124025120 no Sistema Apolo.*
10. *Regularizar, se for o caso, a situação do processo n.º 00037346920144025110, no qual não foi localizada a ordem judicial que decretou o segredo de justiça cadastrado.*



## 19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.



## 20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

1. Divulgar melhor as metas do CNJ entre os servidores e estabelecer formas de priorizar o cumprimento.
2. Sugere-se estabelecer estratégias de trabalho para não haver processos aguardando atos cartorários além dos prazos estabelecidos no artigo 228 da CNCR, constatado pela equipe de correições que a quantidade de feitos paralisados há mais de 180 dias aumentou de 22 processos (em 14/12/17) para 52 (em 28/03/18).
3. extinguir as pastas físicas de arquivamento de cópias mandados, ofícios e alvarás, não obrigatórias (art. 148, CNCR), pois tais informações hodiernamente são mantidas na forma eletrônica no sistema de acompanhamento processual (art. 149), devendo o Juízo justificar (art. 151) se vislumbrar a necessidade da sua manutenção.



## **21. ENCERRAMENTO**

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional Carlos César de Souza Diniz e Frederico Lourenço Ribeiro, revisado e subscrito por Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário, matrícula 15.939, nesta data.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018.

**FABIO ALDROVANDO**

Assessor Judiciário

(



JUSTIÇA  
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região  
Correição Ordinária na **02VF-IG – 16 a 20/10/2017**

TRF2  
Fls 193